

PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS MUNICÍPIOS FRENTE A DIVERSIDADE SOCIOECONÔMICA DAS MESORREGIÕES PARANAENSES

Cristina de Oliveira dos Santos¹

Sergio Fajardo²

RESUMO

O Paraná apresenta 10 mesorregiões e essas são dotadas em grande parte por pequenos municípios. Há disparidades de desenvolvimento social e econômico, com maior fragilidade e dificuldades entre os pequenos municípios. A Administração Pública, portanto, tem um desafio, especialmente no âmbito urbano de melhora das condições estruturais da cidade, como ainda do IDH presente. O planejamento urbano e desenvolvimento econômico são apontados como ferramentas de mudança. Assim, é válido entender seu uso e importância. Frente o exposto, o objetivo geral desse estudo foi apresentar o planejamento urbano e o desenvolvimento em pequenos municípios frente a diversidade socioeconômica das mesorregiões paranaenses, destacando sua contribuição para melhoria de vida e renda da população. Esse estudo correspondeu a pesquisa bibliográfica com revisão de literatura a partir de coleta em diferentes fontes. Concluiu-se por intermédio dos autores que, o Paraná tem disparidades entre mesorregiões, sendo os pequenos municípios aqueles com maiores índices e fragilidades. O planejamento urbano e o desenvolvimento econômico para pequenos municípios paranaenses foram vistos como importantes. Apareceram como instrumentos para melhora na qualidade de vida urbana, do índice de IDH e de geração de renda. Ambos aparecem como válidos para gerações presentes e futuras e se desenvolvidos adequadamente podem mudar realidade.

Palavras-chave: Administração Pública. Qualidade de vida. Economia. Cidade.

ABSTRACT

Paraná has 10 mesoregions and these are largely provided by small municipalities. There are disparities in social and economic development, with greater fragility and difficulties among small municipalities. Public Administration, therefore, has a challenge, especially in the urban context of improving the city's structural conditions, as well as the present HDI. Urban planning and economic development are pointed out as tools for change. Thus, it is valid to understand its use and important. In view of the above, the general objective of this study was to present

¹ Doutoranda do programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade do Centro Oeste. Campus Cedeteg. santosutfpr@hotmail.com.

² Professor do departamento de Geografia da Universidade do Centro Oeste. Paraná- Campus Cedeteg. sergiofajardo@hotmail.com

urban planning and development in small municipalities in view of the socioeconomic diversity of Paraná's mesoregions, highlighting their contribution to improving the population's life and income. This study corresponded to a bibliographical research with a literature review based on collections from different sources. It was concluded through the authors that Paraná has disparities between mesoregions, with small municipalities being those with the highest rates and weaknesses. Urban planning and economic development for small municipalities in Paraná were seen as important. The and income generation. Both appear to be valid for present and future generations and, if properly developed, can change reality.

Keywords: Public Administration. Quality of life. Economy. City.

INTRODUÇÃO

O Paraná se desenvolveu de maneira própria e com características que foram determinantes para sua história, desenvolvimento social e econômico. O Estado no século XX seria dividido em 10 mesorregiões, dotadas de microrregiões compostas por um total de municípios variados (IPARDES, 2004; TRINTIN; PRADO, 2007).

De acordo com Salton e Daneluz, Luz (2021), a distribuição de cidades, de atividades e outros seria determinada no Paraná não somente pela forma de colonização de cada mesorregião em questão, mas em função de sua localização, clima, domínio de tecnologia, atividades desenvolvidas e outros. Deve-se entender que, cada mesorregião veio a se desenvolver de uma forma específica, tendo-se desde aquelas com municípios de maior porte ou capacidade econômica e populacional, como marcada por pequenos municípios de baixo índice de desenvolvimento humano - IDH.

A diferença socioeconômica entre as mesorregiões e seus municípios ao afetando o IDH levanta a grande questão quanto a importância do planejamento urbano e desenvolvimento social, em especial nos pequenos municípios paranaenses. Alves e Rodrigues (2019), destacam que a administração pública Federal e dos municípios são cobradas quanto políticas públicas que ações que melhorem a realidade local de pequenos municípios.

A respeito do assunto corroboram Braguetto e Silva (2016) e Ruiz (2022), pois em suas pesquisas informam a questão da necessidade de planejamento urbano e de desenvolvimento econômico em pequenos municípios paranaenses, destacando a disparidade e a questão de

êxodo populacional, falta de trabalho, más condições de moradia, saneamento básico e outros. Essa pesquisa, por conseguinte, delimita a destacar o quanto o que é planejamento urbano e desenvolvimento em pequenos municípios e o quanto ações nessas áreas são importantes independente das condições da mesorregião.

Frente o exposto, o objetivo geral desse estudo foi apresentar o planejamento urbano e o desenvolvimento em pequenos municípios frente a diversidade socioeconômica das mesorregiões paranaenses, destacando sua contribuição para melhoria de vida e renda da população. No que se refere aos seus objetivos específicos, estes foram: expor o Paraná, suas mesorregiões e as disparidades econômicas entre essas, destacando a condição dos pequenos municípios; conceituar o que é planejamento urbano e desenvolvimento econômico municipal; discutir a importância do planejamento urbano e desenvolvimento econômico para os pequenos municípios do Paraná, frente disparidades socioeconômicas presentes entre mesorregiões.

A pesquisa se justifica, porque apresenta uma visão geral do planejamento urbano e desenvolvimento voltado para pequenos municípios. Também é relevante porque faz isso entendendo o Paraná como uma potência econômica no país, mas com problemas, disparidades sociais e econômicas dentro de seu território, onde há muitos pequenos municípios com baixo IDH.

O presente trabalho, portanto, teve como método a pesquisa bibliográfica, constituindo-se uma revisão de literatura. A mesma contou com coleta de dados em diferentes fontes, tendo-se o uso de livros, artigos, dissertações, teses, leis e outros. Todos os materiais foram lidos, fichados e a seguir organizou-se o texto a ser apreciado a seguir. O mesmo foi organizado em introdução, fundamentação teórica, discussões, considerações finais e referências, para melhor embasamento e bate quanto ao que foi compreendido.

METODOLOGIA

O presente trabalho teve como método a pesquisa bibliográfica, constituindo-se uma revisão de literatura. Escolheu-se esse tipo de pesquisa, pois conforme Marconi e Lakatos (2007), a pesquisa bibliográfica permite trazer informações quanto um tema com diferentes visões e acesso de dados específicos e válidos.

A coleta de dados foi realizada em bases de dados como Google Acadêmico, IPARDES, IBGE e outros. Diferentes fontes foram coletadas e utilizada, tendo-se o uso de livros, artigos,

dissertações, teses, leis e outros. Todos os materiais foram lidos, fichados e a seguir organizou-se o texto a ser apreciado a seguir. O mesmo foi organizado em introdução, metodologia, resultados e discussões, considerações finais e referências, para melhor embasamento quanto ao que foi compreendido.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Santos (2021), o planejamento urbano vai além da questão estrutural e ordenamento do solo de um Estado ou município. Esse se relaciona com o acesso da população a diferentes direitos básicos, além de qualidade de vida no espaço urbano. O mesmo se relaciona ou se soma ao desenvolvimento econômico que também é algo de atribuição da gestão pública.

Aponta Leão *et al.* (2020), que para o desenvolvimento de políticas públicas e ações não basta somente estudar aspectos estruturais de uma cidade, como ainda considerar indicadores sociais e econômicos regionais e municipais para empreender atitudes assertivas. A gestão pública Estadual deve considerar as disparidades regionais e municipais dentro de suas mesorregiões e isso deve ser debatido.

Nesse estudo, portanto, a seguir, se aborda e se discute o assunto a partir da consideração do planejamento urbano e desenvolvimento econômico em pequenos municípios do Paraná, expondo que há disparidades variadas entre as mesorregiões e que tais devem ser entendidas para políticas realmente efetivas em âmbito urbano e econômico.

O PARANÁ – ASPECTOS GERAIS

Para o debate quanto ao planejamento urbano e desenvolvimento econômico em pequenos municípios das disparemes mesorregiões do Paraná requer-se primeiramente abordar o próprio Estado. Aspectos desse, de sua colonização, participação econômica e outros, são válidos para entender onde os municípios se encontram no território brasileiro.

O Paraná conforme Shikida e Alves (2001), se desenvolveu historicamente com a colonização dos portugueses, embora os indígenas já residissem na região. Em seu desenvolvimento passou por diferentes levas de pessoas, como ainda ciclos de atividade econômica. O maior destaque do Estado em ciclos se deu especialmente após o século XIX, com o Ciclo da Erva Mate (1820-1930), Ciclo da Madeira (1947-1970), Ciclo das Terras Agrícolas (1950-1960), Ciclo do Café (1920-1960), Ciclo da Suinocultura (a partir de 1953) e

o Ciclo do Trigo e da Soja (a partir de 1960). Após os anos 70, se teria a cultura da cana de açúcar e o aumento na criação de animais de abate e outras atividades.

A colonização das terras paranaenses teria o incentivo do governo, como ainda de grandes empresas de compra e venda de terras. Conforme a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP (2013), o Estado em cada região teria uma característica e um tipo de desenvolvimento, sendo essa companhia responsável pela venda de terras e surgimento de muitos municípios no norte velho, norte novo e norte novíssimo. O Paraná seria atraente por suas terras, destacando-se em produção agrícola e desenvolvimento de cidades.

O tipo de região, o clima, a atividade principal, o acesso ou a influência da tecnologia em cada período, a situação econômica do país e do Estado, influenciaram o total de população, a economia, o trabalho e outros elementos. Um dos principais efeitos sobre as populações dos municípios do Paraná foi a procura de trabalho e as modificações nas atividades (TRINTIN; PRADO, 2007).

O Estado do Paraná segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social – IPARDES (2022), apresenta uma área de 199.298,981 km² com uma população estimada de 11.597.484 habitantes conforme dados do IBGE de 2021, distribuídos em 10 mesorregiões, onde os maiores municípios são Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Maringá. Há uma densidade populacional distribuída em 52,40 habitantes por km², sendo dotado de 399 municípios.

A renda nominal mensal domiciliar *per capita* no Paraná segundo o IBGE (2022) em 2021 foi de R\$1.541,00, ocupando nacionalmente o 6º lugar dentre os Estados brasileiros com maior renda nominal mensal. Trata-se na colocação do IPARDES (2022), da 5ª maior economia no Brasil, atuando em várias atividades econômicas, embora prevaleça a agropecuária. O Estado em 2020 teve um PIB de R\$487,9 bilhões.

Paraná tem cerca de 44% a 34% do PIB e da população estadual com estrutura econômica e distribuição populacional na área metropolitana da capital e em municípios de médio e pequeno porte próximos a capital, ao norte ou oeste. Nessas regiões vê-se uma alta concentração de atividades do setor de serviços, porém nos municípios de menor porte, prevalece a atividade agropecuária como principal contribuinte, observando-se disparidades por vários motivos (IPARDES, 2022). Logo, deve-se entender as disparidades mesorregionais e municipais existentes no Paraná, porque isso tem relação com planejamento urbano e mesmo desenvolvimento econômico.

AS MESSORREGIÕES PARANAENSES E AS DISPARIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS EXISTENTES ENTRE ELAS

O Paraná segundo Ramos, Nunes e Bianco (2011), não teve um desenvolvimento econômico igual, pois deu-se variação no mesmo e seus municípios, em especial após 1990 e 2000. Foram geradas disparidades regionais, já que grandes cidades se formaram e viveram polos industriais, enquanto outras mesorregiões e seus municípios tiveram diminuição da população. Em muito se atribui isso à dependência da agricultura vivida por cidades de algumas mesorregiões do Paraná. Logo, conforme a mesorregiões há padrão de renda que difere das demais.

Há 10 mesorregiões e juntas tem 399 municípios e cada qual tem uma microrregião geográfica e isso é considerado em estudos e nas ações do próprio Estado. Segundo o IPARDES (2004) as 10 mesorregiões tem os municípios distribuídos da seguinte maneira:

- Mesorregião noroeste – 61 municípios;
- Mesorregião centro-ocidental – 25 municípios;
- Mesorregião norte central – 79 municípios;
- Mesorregião norte pioneiro – 46 municípios;
- Mesorregião centro-oriental – 14 municípios;
- Mesorregião oeste – 50 municípios;
- Mesorregião sudoeste – 37 municípios;
- centro-sul – 29 municípios;
- sudeste – 21 municípios;
- metropolitana de Curitiba – 37 municípios.

Conforme Ramos, Nunes e Bianco (2011), cada mesorregião tem variações quanto clima, tipos de solo, presença ou não de serras ou morros, o que influencia no tipo de atividade agrícola trabalhada. Cada mesorregião apresenta um tipo de atividade econômica, com variedade ou especialização em um determinado setor em seus municípios.

Diferentes condições específicas de cada mesorregião podem afetar atividades, condições urbanas, desenvolvimento econômico e por conseguinte o IDH encontrado em seus municípios. O total populacional, o acesso a trabalho, educação, saúde, saneamento básico, a participação econômica no PIB e o desempenho econômico de cada município perante o Paraná podem variar. Há desde grandes municípios ricos, como municípios com baixo IDH e dificuldades econômicas sentidas por sua população (NASCIMENTO; SCHROEDER, 2009; RAMOS; NUMES; BIANCO, 2011).

É importante entender com base em Santos, Reolon e Endlich (2022), bem como em Ruiz (2022), que as mesorregiões não tiveram um desenvolvimento em sua estrutura produtiva, urbana ou economia igual. Um processo irregular criou uma condição que ainda hoje é observada, em especial nos pequenos municípios, que viveram uma perda populacional e muitas mesorregiões após 1970, com agravamento em 1990. É relevante, portanto, entender os pequenos municípios do Paraná.

OS PEQUENOS MUNICÍPIOS NO CONTEXTO DAS MESORREGIÕES

Os municípios segundo Meireles (2021) podem ser conceituados como entes autônomos da Federação Brasileira, junto com os Estados e a União. A União, e os Estados tem uma obrigação de compartilhamento de recursos, como ainda de competências com os municípios. Para se dividir recursos, há acordos e cooperação entre as diferentes esferas de governo, mas também entre os municípios.

Deve-se compreender que os municípios tem diversidades que constituem um desafio. Em suas dimensões territoriais, populacionais e frente suas características históricas, de criação e socioeconômicas distintas, requer atenção. As equipes gestores em nível Estadual e municipal atuam entendendo disparidades em dimensões e necessidades da população urbana ou rural (MEIRELES, 2021).

De acordo com Pina, Lima e Silva (2008), apesar da confusão entre o termo município e cidade, os municípios tratam-se da divisão legalmente efetuada de um território, que é composta da parte rural e urbana, enquanto que a cidade, refere-se apenas a parte urbana do município. Portanto, na hora de se estudar um município, o planejamento precisa considerar a área rural e urbana em suas necessidades, porque cada município tem uma característica e condição socioeconômica.

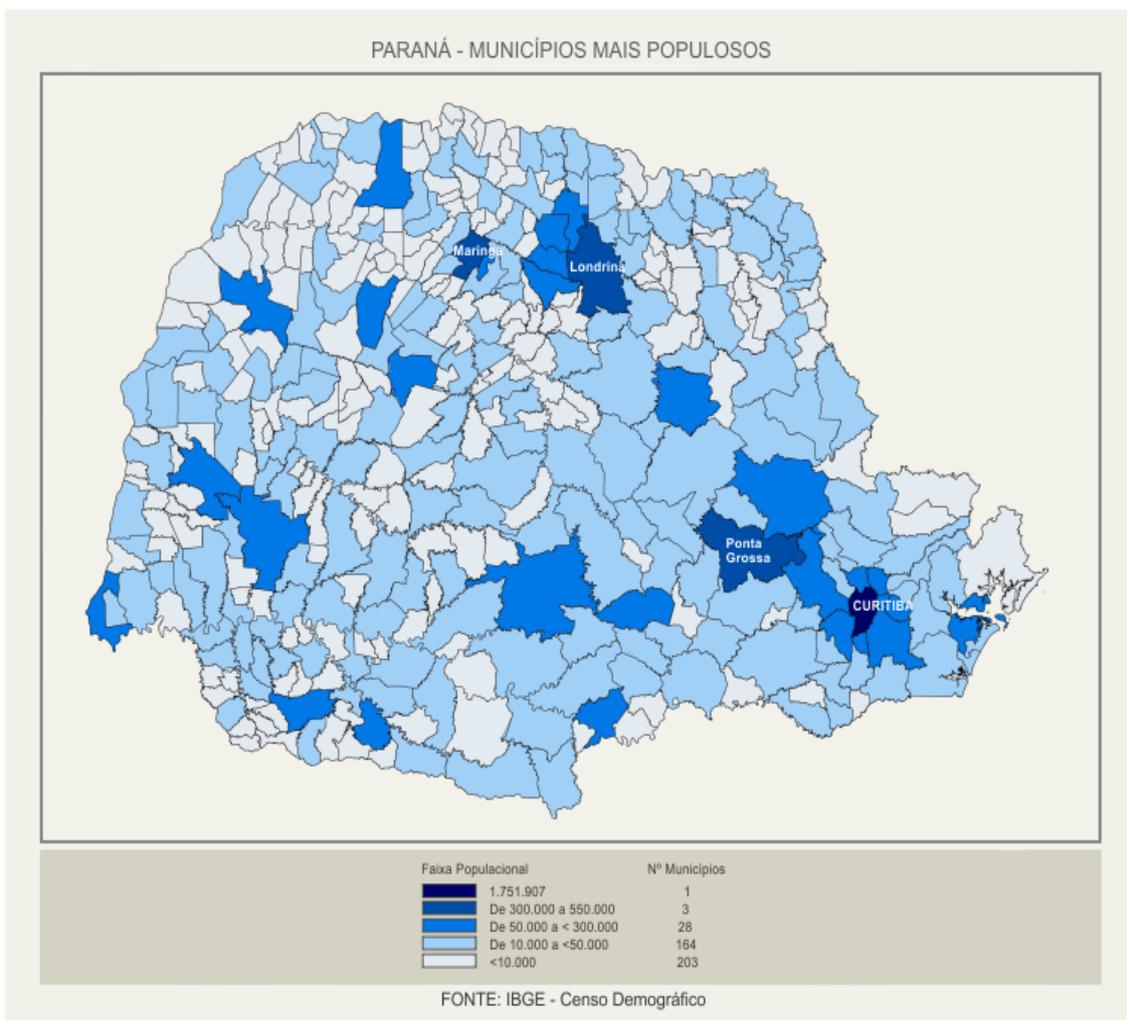
Sobre os municípios, expõe Maciel *et al.* (2021), que os pequenos municípios são aqueles com maiores dificuldades de manter o equilíbrio em suas contas públicas pela questão da necessidade de arrecadação de recursos, além de dúvidas quanto planejamento urbano e rural e desenvolvimento econômico. Proposições de orçamentos, dificuldades de contingenciamento de gastos, pela arrecadação as vezes não comportar a execução de metas previstas é um fato.

A Administração Pública Municipal, portanto, precisa compreender a realidade de seu município e procurar saídas, algo que se dá também no Paraná, onde muitas mesorregiões



concentram pequenos municípios. Na Figura 1 vê-se o mapa do Paraná com os municípios mais populosos.

Figura 1 - Municípios mais populosos do Paraná



Fonte: IPARDES (2022).

Nota-se no mapa que há um total menor de municípios com mais de 1.751.907 habitantes, sendo apenas 1. Há 03 com um total populacional na faixa de 300.000 a 550.000 habitantes, 28 com 50.000 a menos de 300.00, 164 municípios com entre 10.000 e menos de

50.000 habitantes, apresentando, porém, 203 municípios dos 399 que tem menos de 10.000 habitantes (IPARDES, 2022).

Comparando a Figura 1 com um mapa de distribuição das mesorregiões no estado, permite ver em quais se concentra a maior parte dos pequenos municípios, verificando-se que há uma diferença em porte populacional, renda e mesmo desenvolvimento econômico. Isso pode ser um exercício de entendimento do próprio Paraná.

Comparando ambos, ao se observar por mesorregião, há na mesorregião noroeste, na mesorregião centro-ocidental, no norte central e na mesorregião sudeste grande total de municípios de menos de 10.000 habitantes. Em todo o Paraná há municípios com menos de 10.000 habitantes, sendo os menores conforme o IBGE (2021), Nova Esperança, Santa Inês, Altamira do Paraná, Jardim Olinda e Nova Aliança do Ivaí. Todos esses tem menos de 1600 habitantes.

Dentre as mesorregiões citadas, chama a atenção a mesorregião centro ocidental que apresenta 25 municípios, sendo em sua maioria pequenos municípios. Em 2019 a mesorregião centro ocidental com 25 municípios apresentou um PIB para cada R\$1.000 de R\$10.811.083, enquanto que a mesorregião sudeste dotada de 21 municípios teve um PIB para cada R\$1.000 de R\$12.101.347. Verificando o IDH da região centro-ocidental em 2019 esse foi de 0,7202 quando no Paraná o IBGE considera uma média de 0,749 de IDH (WEHRHOLDT; BRONOSKI, 2022).

Expõe Silva e Vieira (2020), é que isso pode ser explicado pelo total de pequenos municípios. Esses viveram muitas alterações populacionais e produtivas, com expulsão de populações para outros estados, ou mesmo com migração interestadual. O plantio direto, a evolução tecnológica na agricultura, a mudança nos tipos de cultura na área rural e a falta de empregos na área urbana levou ao decaimento de população, fato visto em pequenos municípios de outras mesorregiões.

Outro fator interessante foi que muitas pequenas propriedades foram vendidas, por questões de falta de dinheiro para investimento, reduzindo-se o total de moradores. Diminuiu o total de pequenas propriedades e aumentou o total de grandes propriedades, mecanizadas e com menor número de mão de obra conforme o tipo de atividade (SILVA; VIEIRA, 2020).

Segundo Schmidt, Marin e Silva (2021), o grande desafio dos gestores municipais no Paraná, em especial aqueles de pequenos municípios é a diversificação e desenvolvimento dos

mesmos. Criar alternativas e oportunidades em seu território para garantir direitos dos cidadãos e desenvolvimento econômico é um desafio.

No planejamento e gestão urbanos os administradores tem dificuldades porque há manutenção de atividades típicas e locais, que definem estilos de vida e relações, mas há desigualdades de renda, onde há alguns com acúmulo de renda e outra com falta dessa. O planejamento urbano nas cidades dos municípios é um desafio, tal qual o desenvolvimento econômico, porque prevalece a atividade agrícola que não pode suportar em emprego todos os habitantes (SCHMIDT; MARIN; SILVA, 2021). Assim, isso precisa ser debatido, sendo o mesmo feito a seguir.

PEQUENOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - DISPARIDADES MESORREGIONAIS E RELEVÂNCIA DE AÇÕES DE PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Segundo Meireles (2021), o governo Estadual tem preocupação com seus municípios, mas o trabalho do governo municipal vem para atendimento ao desenvolvimento local. A Administração Pública municipal precisa entender as dinâmicas, necessidades, relações sociais e econômicas que existem, porque é a partir disso que irá planejar e gerir para garantia de direito de todos.

O planejamento urbano e o desenvolvimento econômico é uma das obrigações dos gestores municipais. No Estatuto das Cidades – Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, em seu artigo 2º, se coloca que, a política urbana tem por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mas esclarece não só aspectos quanto a infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, moradia, saneamento ambiental, como o desenvolvimento das cidades em atividades econômicas (BRASIL, 2001).

Não é apenas uma obrigação e relevância de planejamento que considera a distribuição espacial da população e pontos como os mencionados acima, mas especialmente as atividades econômicas, porque a gestão municipal tem a obrigação de evitar ou mesmo corrigir distorções no crescimento ou queda de população urbana, que afetem trabalho e renda (BRASIL, 2001).

Sobre o planejamento urbano coloca Mukai (2019), que esse pode ser definido como o ato de planejar áreas urbanas, com fins de melhoria na qualidade de vida da população. Esse se foca tanto na estrutura, quanto no uso das cidades, com objetivo de criar espaço onde não se



tenham problemas urbanos, sendo visto na forma de moradia, trânsito, saneamento, entre outros.

O planejamento urbano não é algo somente de grandes e médios centros urbanos, mas algo que perante o Estatuto das Cidades é esperado também dos pequenos municípios. O foco do planejamento urbano é criar ou gerir cidades para as pessoas, então é uma questão estrutural, social, ambiental, como também econômica, tendo por isso relação com o desenvolvimento econômico, pois as pessoas precisam de trabalho e renda nas cidades (MUKAI, 2019).

Segundo Lima (2018), os gestores municipais tem mais que o desafio do planejamento urbano nos pequenos municípios do Paraná. Existe um problema econômico municipal devido a disparidade econômica presente entre os municípios. Os pequenos municípios de IDH abaixo do esperado para o Paraná conforme o IBGE em sua maioria. O planejamento urbano e o desenvolvimento econômico vêm como uma obrigação, mas também uma necessidade.

É importante para os pequenos municípios das mesorregiões paranaenses, que exista o desenvolvimento de ações em planejamento e desenvolvimento urbano e econômico porque isso pode mudar a realidade de suas populações e evitar a queda do total populacional. Deve-se planejar o espaço urbano, mas também buscar oportunidades de negócios para criação de empregos além das atividades tradicionais. A atividade agrícola é principal, mas concentra renda nas mãos de poucos, sendo a geração de emprego uma saída para manter ou melhorar os indicadores sociais (LIMA, 2018).

O desenvolvimento econômico e social é feito com planejamento e por isso é importante na administração pública também de pequenos municípios. Esclarecem Schmidt, Marin e Silva (2021), que a gestão pública precisa planejar e desenvolver, mas também pode utilizar um trabalho conjunto com a iniciativa privada. Os pequenos municípios paranaenses de todas as mesorregiões, em especial aquelas com menor PIB e IDH, precisam refletir sobre suas necessidades urbanas e econômicas, seus obstáculos e as oportunidades.

Planejamento no que tange ao desenvolvimento econômico e social precisa ser feito entendendo as fragilidades, em especial a geração de renda, o uso sustentável do território, o acesso a serviços públicos e direitos. Conhecer toda a dinâmica e fragilidades, pode ser útil quando se busca encontrar potencialidades, alternativas de riquezas. O desenvolvimento urbano e regional deve ser conhecido, debatido e reconhecido enquanto ferramenta (SCHMIDT; MARIN; SILVA, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados coletados demonstraram que o Estado do Paraná segundo visto no IBGE (2022) e no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social – IPARDES (2022), apresenta variação populacional, econômica e de desenvolvimento geral. É válido verificar as disparidades porque a colonização das terras paranaenses passou por diferentes modificações e formas de sua condução.

Os resultados mostraram que entender as disparidades entre as regiões intermediárias e regiões imediatas existentes no Paraná é importante para planejamento urbano e o desenvolvimento econômico. Autores como Trintin e Prado (2007), Nascimento e Schroeder (2009) e Ramos, Nunes e Bianco (2011), informam que as condições específicas não devem ser ignoradas em planejamentos porque podem afetar atividades, condições urbanas, desenvolvimento econômico e por conseguinte o IDH encontrado em seus municípios.

O total populacional, o acesso a trabalho, educação, saúde, saneamento básico, a participação econômica no PIB e o desempenho econômico de cada município perante o Paraná podem variar. Há desde grandes municípios ricos, como municípios com baixo IDH e dificuldades econômicas sentidas por sua população e isso tem que ser parte de qualquer planejamento (NASCIMENTO; SCHROEDER, 2009; RAMOS; NUNES; BIANCO, 2011).

Sobre os municípios, expõe Maciel *et al.* (2021), que os pequenos municípios são aqueles com maiores dificuldades de manter o equilíbrio em suas contas públicas pela questão da necessidade de arrecadação de recursos, além de dúvidas quanto planejamento urbano e rural e desenvolvimento econômico. Proposições de orçamentos, dificuldades de contingenciamento de gastos, pela arrecadação as vezes não comportar a execução de metas previstas é um fato.

A Administração Pública Municipal, portanto, precisa compreender a realidade de seu município e procurar saídas, algo que se dá também no Paraná, onde muitas regiões geográficas imediatas concentram pequenos municípios. Segundo Schmidt, Marin e Silva (2021), o grande desafio dos gestores municipais no Paraná, em especial aqueles de pequenos municípios é a diversificação e desenvolvimento dos mesmos. Criar alternativas e oportunidades em seu território para garantir direitos dos cidadãos e desenvolvimento econômico é um desafio.

No planejamento e gestão urbanos os administradores tem dificuldades porque há manutenção de atividades típicas e locais, que definem estilos de vida e relações, mas há desigualdades de renda, onde há alguns com acúmulo de renda e outra com falta dessa. O planejamento urbano nas cidades dos municípios é um desafio, tal qual o desenvolvimento econômico, porque prevalece a atividade agrícola que não pode suportar em emprego todos os habitantes (SCHMIDT; MARIN; SILVA, 2021).

É importante para os pequenos municípios das mesorregiões paranaenses, que exista o desenvolvimento de ações em planejamento e desenvolvimento urbano e econômico porque isso pode mudar a realidade de suas populações e evitar a queda do total populacional. Deve se planejar o espaço urbano, mas também buscar oportunidades de negócios para criação de empregos além das atividades tradicionais (FAJARDO; CUNHA, 2021).

Esclarecem Schmidt, Marin e Silva (2021), que a gestão pública precisa planejar e desenvolver, mas também pode utilizar um trabalho conjunto com a iniciativa privada. Os pequenos municípios paranaenses de todas as mesorregiões, em especial aquelas com menor PIB e IDH, precisam refletir sobre suas necessidades urbanas e econômicas, seus obstáculos e as oportunidades.

Planejamento no que tange ao desenvolvimento econômico e social precisa ser feito entendendo as fragilidades, em especial a geração de renda, o uso sustentável do território, o acesso a serviços públicos e direitos. Conhecer toda a dinâmica e fragilidades, pode ser útil quando se busca encontrar potencialidades, alternativas de riquezas e desenvolvimento urbano e regional (FAJARDO; CUNHA, 2021; SCHMIDT; MARIN; SILVA, 2021).

Criar estruturas adequadas, oferecimento de serviços públicos, de alternativas e oportunidades no território urbano de pequenos municípios é importante para garantir direitos dos cidadãos e desenvolvimento econômico, no entanto é um desafio. Autores como Mukai (2019), Fajardo e Cunha (2021), Meireles (2021), Schmidt, Marin e Silva (2021), Ruiz (2022) e outros lidos para essa pesquisa, corroboram com dados que mostram a importância do planejamento urbano e desenvolvimento econômico para pequenos municípios do Paraná.

As ações e políticas públicas, bem como os acordos são válidos e podem contribuir para mudança de realidade e acesso a direitos. Essas somente são possíveis por meio de estudos de indicadores sociais e econômicos, de pesquisas da realidade, necessidades, potencialidades e possibilidades que se apresentem (SCHMIDT; MARIN; SILVA, 2021; RUIZ, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final concluiu-se que, o Paraná é uma 5^o potência em PIB nacional, porém que tem municípios com IDH baixo, com concentração de renda em mãos de poucos e pobreza na de vários. Entendeu-se que isso, tem causas históricas quanto tipo de colonização, exploração de atividades econômicas, reação ao avanço tecnológico na agricultura, investimento em empreendimentos locais, como também devido ao clima, tipo de solo e outros.

Entendeu-se que, para os pequenos municípios do Paraná em âmbito urbano, a estrutura urbana, moradia, saneamento básico com esgoto e água, são tão importantes como trazer uma promoção social com a possibilidade de atividades econômicas. Que a diversificação é uma alternativa e oportunidade quando se pensa em desenvolvimento dos pequenos municípios no Paraná, principalmente por dependerem de atividade agrícola em sua maioria.

O planejamento urbano e o desenvolvimento econômico foram vistos como pontos importantes para que os pequenos municípios do Paraná elevem seu IDH e garantam para sua população acesso a direitos, qualidade de vida e renda. Viu-se que esse é um desafio, mas uma obrigação definida no Estatuto das Cidades e que a gestão não somente federal, mas municipal têm obrigações com o mesmo. O planejamento é determinante para o presente e futuro dos pequenos municípios.

REFERÊNCIAS

BRAGUETO, Claudio R.; SILVA, Luís Enrique. Desigualdades regionais do crescimento industrial do Estado do Paraná. **Open Edition Journals – Confins. Revista Franco-brasileira de Geografia**. v.27.n.27. 2016.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. 3.ed. 2013. Disponível em: <http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/50anos-cmnp/files/CMNP.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr.html>. Acesso em: 10 dez. 2022.



INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Lista dos 399 municípios do Estado ordenados segundo mesorregiões e microrregiões geográficas do IBGE – Paraná – 2000.** Disponível em: https://mppr.mp.br/arquivos/File/subplan/gempar/relacao_mun_micro_s_mesos_parana.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Leituras regionais – Mesorregião centro-ocidental geográfica paranaense.** Curitiba: IPARDES, 2004.

_____. **Leituras regionais – Mesorregiões geográficas paranaenses – sumário executivo.** Curitiba: IPARDES, 2004.

_____. **Paraná em números.** Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Parana-em-Numeros>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Perfil do Estado do Paraná.** Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=1000&btOk=ok. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Paraná responde por 6,41% do PIB nacional de 2020.** Nov. 2022. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Parana-responde-por-641-do-PIB-nacional-em-2020>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Paraná em perspectiva.** 2022. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/020-02/PARANA%20EM%20PERSPECTIVA-p%C3%A1ginas-exclu%C3%ADdas.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.

LEÃO, Lucas *et al.* Indicador de desenvolvimento institucional municipal: impactos sobre a economia dos municípios brasileiros. **Estudos econômicos.** v.50. n.4. p.733-766. Out./dez. 2020.

MACIEL, Ana Maria H. Evolução da Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise nos municípios da região sul do Brasil. **Research, Society and Development.** v.10. n.2. e52610212865. 2021.

MEIRELLES, Hely L. **Direito Municipal Brasileiro.** Salvador: Juspodvim, 2021.

MUKAI, Toshio. **O Estatuto da Cidade.** Rio de Janeiro: Saraiva, 2019.

NASCIMENTO, Wagner C.; SCHROEDER, Carla A. Os desafios regionais da mesorregião geográfica oeste do Paraná. In: **Simpósio Paranaense de Pós-Graduação em Geografia**, 4. Marechal Cândido Rondon. Anais...p.1-15. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2009.

PINA, José Hermano A.; LIMA, Osmar A. de; SILVA, Vicente de Paulo da. Município e distrito: um estudo teórico. **Campo Território: Revista de Geografia Agrária.** V.3.n.6. p.125-142. Ago. 2008.



RAMOS, José M.; NUNES, Paulo A.; BIANCO, Joseane L. Desigualdades regionais de desenvolvimento econômico no Estado do Paraná de 1999 a 2008. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano XIII. n.23. Salvador. Jul. 2011.

RUIZ, José R. **Alimentação escolar orgânica**: reflexões para implantação de alimentação orgânica nas escolas estaduais da mesorregião centro-ocidental do Estado do Paraná. São Paulo: Dialética, 2022.

FAJARDO, Sergio; Luiz A. G. Cunha. **Paraná**: desenvolvimento e diferenças regionais. Ponta Grossa: Atena, 2021.

SANTOS, Angela Penalva. Planejamento urbano: para além do ordenamento do solo. **Arcos Design**. V.14.n.2. p.20-33. Rio de Janeiro. Ago. 2021.

SCHMIDT, Lisandro P.; MARIN, Mario Zasso; SILVA, Wellington B. da. Diversificação e desenvolvimento de pequenos municípios paranaenses: alternativas e oportunidades no território. **Revista Pixo**. n.19. v.5. 2021.

SILVA, Rodrigo M. da; VIEIRA, Cristiele de A. Localização e especialização nas mesorregiões do Paraná: uma abordagem teórico-empírica. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. V.8.n.3. p.111-128. Blumenau. 2020.

SHIKIDA, Pery Francisco A; ALVES, Lucilio Rogério A. **Panorama estrutural, dinâmica de crescimento e estratégias tecnológicas da agroindústria canavieira paranaense**. *Nova Economia*. Belo Horizonte. v. 11. n. 2. dez. 2001.

TRINTIN, Jaime Graciano. **Industrialização do Norte-paranaense e a questão do bloqueio ao desenvolvimento de regiões periféricas**. Tese Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 1988.

TRINTIN, Jaime G.; PRADO, Patrícia B. do. **Pós-modernidade**: a expansão da fruticultura no Paraná. Monografia. UEM. Ciências Econômicas. Nov. 2007.

WEHRHOLDT, Eder C.; BRONOSKI, Marcelo E. Mapeamento das mídias jornalísticas do Paraná – a presença do jornalismo impresso e digital no estado entre 2018 a 2019. **Emancipação**. V.22.. p.1-11. Ponta Grossa. 2022.